

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO MATO GROSSO DO SUL: AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA EM QUESTÃO

Diego Ribeiro Guimarães ¹

RESUMO

O texto tem como principal objetivo, apresentar a agricultura camponesa praticada no estado de Mato Grosso do Sul (MS) como uma agricultura resistente e de denúncia, em meio aos monocultivos incentivados pelo Estado, como o caso da cana-de-açúcar, da soja, do milho e do eucalipto, por exemplo. Os camponeses que produzem alimento e atuam na terra a fim de obter dela o sustento e a renda, infelizmente não são suficientes para fazer com que esse seja um estado com segurança alimentar. São poucos, no entanto, não podem ser invisibilizados, mas, precisam aparecer e serem protagonistas também em textos para serem apresentados à comunidade científica, bem como à população. Os dados trazidos no texto, extraídos de pesquisas já realizadas anteriormente, bem como da base de dados do IBGE, mostram que enquanto a terra concentra, aumentam os monocultivos e diminuem a produção de comida e assim, o MS se torna um estado cada vez mais dependente de produtos de outros estados. Assim, a saída para um modelo justo de produção, circulação e distribuição da comida, é necessário que haja reforma agrária e uma produção de alimentos em base agroecológica e coloca-se ainda a necessidade de uma reforma agrária honesta com os camponeses, para que de fato haja agroecologia. Sem reforma agrária não há agroecologia, esse tem sido o chamado dos camponeses. O acesso à terra faz parte do processo de produção de alimentos, da reprodução social e do modo de vida camponês, das manifestações culturais, histórias, saberes, sabores, resistência e assim, agroecologia.

Palavras-chave: Produção agroecológica; Camponeses; Mato Grosso do Sul; Circuitos Curtos de Comercialização.

RESUMEN

El principal objetivo del texto es presentar la agricultura campesina practicada en el estado de Mato Grosso do Sul (MS) como una agricultura resistente y denunciante, en medio de monocultivos fomentados por el Estado, como la caña de azúcar, la soja, el maíz y el eucalipto, por ejemplo. Lamentablemente, los campesinos que producen alimentos y trabajan la tierra para obtener sustento e renta no son suficientes para hacer de este un estado con seguridad alimentaria. Son pocos, sin embargo, no se pueden invisibilizar, sino que deben aparecer y ser protagonistas en los textos que se presentarán a la comunidad científica, así como a la población. Los datos presentados en el texto, extraídos de investigaciones ya realizadas anteriormente, así como de la base de datos del IBGE, muestran que a medida que la tierra se concentra, aumentan los monocultivos y disminuye la producción de alimentos y, por tanto, el MS se vuelve cada vez más dependiente de los productos de otros estados. Así, para lograr un modelo justo de producción, circulación y distribución de alimentos, es necesaria una reforma

¹ Doutorando em Geografia, do Programa de pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas – UFMS/CPTL, diego.r@ufms.br.

agraria, uma produção de alimentos sobre uma base agroecológica y también es necesaria una reforma agraria que sea honesta con los campesinos, para que la agroecología realmente exista. Sin reforma agraria no hay agroecología, ese ha sido el llamado de los campesinos. El acceso a la tierra es parte del proceso de producción de alimentos, la reproducción social y el modo de vida campesino, manifestaciones culturales, historias, conocimientos, sabores, resistencias y por ende, la agroecología.

Palabras clave: Producción agroecológica; Campesinos; Mato Grosso do Sul; Circuitos cortos de Comercialización.

INTRODUÇÃO

A perspectiva de um Brasil produtor de alimentos ultrapassa a visão e a perspectiva do que mostram os veículos de comunicação e o que pretende o agronegócio com financiamentos e apoio da bancada ruralista, os quais se propõe a uma agricultura convencional, com foco na produção de *commodities* e terra concentrada. No entanto, o que se tem visto, por meio de pesquisas, é que a produção de alimentos no Brasil se dá nas pequenas propriedades, como já destacado por exemplo por Ferreira (2022) Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017).

No estado de Mato Grosso do sul (MS), a lógica é totalmente essa e talvez, seja esse, o maior contraste, pois é visível o foco na produção de milho, soja, celulose e açúcar, dos grandes latifúndios, conforme os dados apontados pelo estado de MS e, comida que a sociedade utiliza, como mandioca, abóbora, tomate, feijão, arroz, leite, café, aves e suínos, vem das pequenas propriedades (MITIDIERO, BARBOSA e SÁ, 2017).

Busca-se, então, apresentar a produção de alimentos no estado de Mato Grosso do sul, bem como as formas de produção como modelos orgânicos e agroecológicos. Ainda, destacar ações como as feiras que fortalecem o campesinato que tanto luta nesse estado, por sobrevivência em meio ao monopólio produtivo do agronegócio. Neste viés, a agroecologia atua como modelo de produção, junto aos camponeses e possui o caráter de produção de alimentos de forma sustentável e assim, com intervenção mínima do homem na natureza. Que o MS produz comida é inegável, porém, com incentivos e subsídio do Estado, com políticas públicas adequadas e reforma agrária efetiva, teríamos condições favoráveis para sairmos de um quadro de insegurança alimentar eminente e a sociedade passa a ter acesso alimentos com preço justo, mais qualidade e mais abundância.

METODOLOGIA



O trabalho se ocupa de dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a saber, o Censo Agropecuário 2017 e da Produção Agrícola Municipal (PAM) bem como de pesquisas realizadas no estado de Mato Grosso do Sul (MS), que tratam da produtividade e apontam produtores e regiões produtivas no estado. Os dados e pesquisas foram acessados virtualmente em plataformas de acesso livre e também, em materiais publicados por pesquisadores de forma impressa.

Assim, por meio do texto é possível visualizar o MS sob uma perspectiva distinta da que se vê na mídia hegemônica, que é um estado produtor de soja, milho, cana e celulose, por exemplo, para apresentar um estado produtor de alimentos, definitivamente, o camponês cultiva a terra como forma de resistência contra o grande capital e o mercado estrangulador da pequena propriedade e das pequenas economias.

Não se pretende com isso, apresentar um estado auto sustentável com alimentos, mas, contrário a isso, que é um estado que produz alimentos numa situação de insegurança alimentar, os poucos camponeses que produzem comida não são suficientes para alimentar o estado, porém, mesmo sendo poucos, não podem ser invisibilizados, mas, valorizados como camponeses e pelo que representam na sociedade em que poderíamos estar em piores situações caso não houvessem esses camponeses resistentes no campo, com uma agricultura contra-hegemônica

REFERENCIAL TEÓRICO

A produção de alimentos passa por um enfrentamento injusto no Brasil, desde a popularização da Revolução Verde, principalmente na década de 1970 em que agricultores ricos se beneficiaram sobre os camponeses, pois tiveram acesso a terras mais férteis e adquiriram primeiro os pacotes tecnológicos oferecidos pelas grandes indústrias e essa busca por novas áreas agricultáveis e novas tecnologias para o campo, em nada ajudou a sociedade no combate à fome e à miséria (ALTIERI, 2008).

Oliveira (2001), destaca esse importante momento na agricultura brasileira, ao citar que esse processo de concentração e busca por terras, foi também uma corrida da elite industrial do país:

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. [...] os

capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Com a chegada dessa elite industrial no campo, não houveram esforços para a produção de alimentos como o país de fato necessitava, mas, os esforços ficaram em torno da concentração de terras e da acumulação de capital. Alentejano (2000) mostra as ferramentas utilizadas pelo governo federal, ainda no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, que presidiu o país de 1995 a 2003 e que ele não somente tentou lutar contra as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como mobilizou ações para dificultar esse processo via o Banco da Terra².

Ao eleger o Banco da Terra como instrumento fundamental de obtenção de terras e propor a descentralização das ações fundiárias, transferindo a maior parte da responsabilidade para o âmbito municipal - num país tradicionalmente marcado pelo poder das oligarquias locais -, o governo não só busca desarticular o movimento, apostando na incapacidade deste de se contrapor ao poder local, como aposta na desmobilização dos sem terra, pois oferece, teoricamente, a possibilidade de obtenção de terra sem necessidade de mobilização, pressão política e tampouco sacrifícios (ALENTEJANO, 2000, p. 97).

Assim, é possível compreender que essa elite que se apropriou do campo brasileiro e que já dominavam a cidade, obteve todo esse controle, por conta de uma aliança nefasta criada entre esses industriais e o Estado. As oligarquias dominaram o campo sem muitos problemas e sem muitos entraves. O MST foi o maior dos problemas para essas oligarquias que eram urbanas, no entanto, o aparato do Estado esteve à favor dessas oligarquias para que pudessem se territorializar sem muitos conflitos e quando os tivessem, o Estado garantiria a “ordem e o progresso”.

A elite que traz consigo o discurso da modernidade, alimenta ainda uma cadeia de retrocessos, em uma estrutura arcaica e sem modernidade alguma. Concentrar terras, por exemplo, é uma medida super antiga e que remonta aos tempos de um Brasil colônia, em que grandes áreas eram doadas para poucas pessoas e assim começa esse Brasil rural, além disso, resgatemos outras características, como a escravidão, que de 1995 a 2022, foram resgatadas no Brasil 60.251 pessoas em trabalho análogo à escravidão (REPÓRTER BRASIL, 2023)

² O Banco da Terra é o termo como ficou conhecido o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, que é por onde são financiados os programas de reordenação fundiária e de assentamentos rurais. Camponeses podem acessar o crédito para obter financiamento para compra de terras ou melhorias na propriedade.

Esse campo concentrado e nas mãos das elites, não consegue e não irá produzir comida para alimentar a população brasileira, muito menos, contribuir de forma efetiva para a alimentação mundial. A jornalista Raquel Torres (2023) mostra que esse agro pop e tech não consegue levar comida e nem mesmo renda para as pessoas. Com isso, também em entrevista com Raul Krauser do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Torres apresenta que ações de distribuir alimentos ou dinheiro para a população não serve para combater injustiças sociais e a fome, mas, é necessário distribuir terra:

[...] apenas distribuir dinheiro ou alimentos é enxugar gelo, defende Krauser, porque a exclusão social é inerente a esse modelo: ‘A questão [da fome] não é só porque a população é pobre e não tem dinheiro para comprar comida. É porque essa forma de gerar alimento produz a população pobre’. [...] Em muitos lugares, a produção de alimentos ricos em micronutrientes importantes para os seres humanos foi sendo deixada de lado, em detrimento de cultivos mais lucrativos (TORRES, 2023, s.p).

Segundo Krauser, em entrevista é exatamente essa lógica de produção e concentração de terras, que diminui a produção de alimentos e “produz a população pobre” e os tornam assim, reféns desse modelo que destrói a biodiversidade, os homens e as mulheres, vítimas sem direito à defesa do modelo capitalista de produção. Assim, Torres (2023) finaliza esse ponto com um importante destaque sobre o alto preço que os camponeses, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, por exemplo, pagam por essa expansão e pela concentração de terras cada vez mais avassaladora no campo brasileiro:

A expansão da área cultivada pelo agronegócio no Brasil se dá em cima de povos tradicionais, camponeses, ribeirinhos, quilombolas. E produz um grande fluxo de migração para os centros urbanos. São povos expulsos do campo por essa lógica de produção, que é a de incorporar cada vez mais terra, aumentando a escala para reduzir os custos. Na competição pelo preço, a agricultura de pequena escala fica inviável. Então há uma máquina de expulsar gente (TORRES, 2023, s.p).

É necessário, portanto, que o camponês tenha acesso à terra para que haja produção de alimentos. A terra é o item básico nas mãos dos camponeses para que sejam camponeses e não necessariamente precisam ser os donos da terra, que é o ideal, mas, muitos mantêm o modo de vida também com o arrendamento de terras e com esse modo capitalista de produzir, não poderá ser alcançada a segurança alimentar tão almejada e esperada no Brasil, e ao colocar o Mato Grosso do Sul em destaque, a esperança é muito menor (vide quadro 1 e tabelas de 1 a 5).

Quando se trata do estado de Mato Grosso do Sul (MS), Fabrini (2019) destaca que esse é um estado concentrado desde seu início como estado. Não houve um processo de aglutinamento de pequenas propriedades, mas, nesse caso funcionou muito bem a aliança já destacada anteriormente nesse texto, por Oliveira (2001). Fabrini (2019), então, destaca que:

O espaço sul-mato-grossense surgiu como uma possibilidade de expansão do capital, sobretudo o capital rentista, a partir da apropriação concentrada da terra. Assim, a concentração de terras no Sul de Mato Grosso do Sul foi resultado da política de apropriação promovida pelo Estado e não necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul ‘nasceu’ concentrada, o que se desdobrou em conflito e exclusão dos camponeses da terra (FABRINI, 2019, p. 151).

O capital não encontrou resistência para ser instalado, em Mato Grosso do Sul, pois esse foi o modelo prioritário do Estado, bem como a garantia desse mesmo Estado de que os grandes teriam a posse garantida das terras, assim como acontece até hoje com as oligarquias no MS, como a família Tebet e a família Corrêa da Costa (SILVA, 2022). Fabrini (2019) ainda destaca sobre esse assunto tão caro aos camponeses:

A apropriação capitalista da terra comandada por uma oligarquia regional dificultou a expansão da pequena propriedade no Sul de Mato Grosso do Sul, pois o Estado, desde passado distante, promoveu a transferência de terras públicas por meio da venda ou arrendamento aos grandes proprietários. A atuação do Estado, somada às ilegalidades na apropriação da terra, proporcionou estrutura fundiária altamente concentrada (FABRINI, 2019, p. 152).

Terra concentrada não é sinônimo de riqueza e comida, mas de morte, sofrimento e atraso. Para se ter comida, é importante a presença do camponês no campo, com suas pequenas propriedades e com diversidade de alimentos produzidos. Nisso a agroecologia é o ponto de encontro entre a luta pela terra sua permanência e preservação dessa terra como um bem comum à todas as pessoas. A propriedade privada não deve ser o foco da luta, mas, a desconcentração de terras e a produção de alimentos, de preferência no modelo agroecológico³.

³ De preferência, pois camponês, pequeno produtor, agricultor familiar, não é sinônimo de comida sem veneno para isso é necessário que se tenha o entendimento sobre a dimensão que se tem a agroecologia sobre a preservação da natureza e a preservação da saúde do agricultor e de quem consome esses alimentos.

Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 69) já apresentam “que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Uma crise que, para alguns autores, é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório”, nisto afirma-se que a Agroecologia é capaz de romper com as estruturas hegemônicas de produção de alimentos, que polui, degrada e constrói cenários de morte onde se instala e criar, assim, uma nova forma de pensar a agricultura com contribuições sérias à crise ambiental e climática que está posta em nosso planeta. E para além disso, repensar os sistemas de produção de alimentos para que estes sejam justos socialmente, viáveis economicamente e sustentáveis para o ambiente.

Neste aspecto, Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 69) ainda concluem ao ressaltarem que,

a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009, p. 69).

Neste enfoque, a Agroecologia como prática, como ciência e como movimento, contribui com o novo pensar na relação da sociedade e da natureza e pensar esse paradigma ou esse fazer científico que é a Agroecologia, que extrapola as universidades e necessariamente precisa ser pensado a partir dos assentamentos rurais, dos camponeses, dos indígenas, dos quilombolas e de toda a comunidade rural que cultivam a terra e dela extrai comida e conhecimentos ancestrais sobre a lida no campo.

Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017) apresentam a pesquisa realizada após a publicação dos dados do Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2017 e que referendou a agricultura camponesa como a responsável por alimentar o Brasil, com maior diversidade de alimentos. Assim, eles apontam os principais produtos vindos dos agricultores familiares e muitos não estão na lista de produção dos grandes latifúndios.

Enfrentar a fome e a insegurança alimentar, é função do campo, via as mãos dos camponeses, no entanto, é necessário que haja reforma agrária e que a terra seja desconcentrada. Num estado de terras de pouca gente, não há espaço para reprodução da vida ou do modo de vida do camponês. A terra precisa de gente, precisa de biodiversidade, precisa de culturas

diversas, num estilo agroecológico de ser e estar na terra, não numa função de exploração, mas, como pertencentes à ela, e ao sistema produtivo, homem e natureza integrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil tem se destacado como um grande fornecedor de commodities agropecuárias no mundo, índices que o colocam em destaque no cenário mundial, no entanto, conforme os dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), os principais itens exportados são dos setores de cereais (milho), complexo da soja (soja em grão, farelo e óleo), complexo florestal (celulose, madeira e papel) e complexo sucroalcooleiro (açúcar e álcool) (MAPA, 2023).

O Mato Grosso do Sul (MS) acompanha essa tendência nacional, de exportação de grãos (quadro 1) e, em 2022 destaca-se, que os sete principais itens mais exportados pelo estado são de origem agropecuária como a soja, a celulose a carne bovina e seguiram essa ordem em valores exportados (SEMADESC, 2022). Assim, o agronegócio definitivamente, não produz comida, mas sim, mercadoria, por se tratar de itens negociáveis na bolsa de valores e passam a não ter mais valor de uso, mas, sim, de troca

O agronegócio comandado por agentes financeiros, políticos e latifundiários (não raras as vezes que os três agentes se encontra em um só), transformaram a comida e a terra do camponês em mercadoria (O mundo não se sustenta com soja, milho e açúcar, por exemplo, é necessário muito mais do que isso para que as pessoas consigam ter no mínimo, três refeições diárias.

Quadro 1: Principais exportações do estado de Mato Grosso do sul em 2022

Ranking	Produto	US\$	Toneladas	%
1	Soja em grão	2.055.239	3.561.416	25,09
2	Celulose	1.523.313	4.462.083	18,6
3	Carne de bovinos e outros prod. de carne	1.195.000	266.339	14,59
4	Óleos e gorduras vegetais e animais	972.286	1.423.766	11,87
5	Milho em grão	957.662	3.330.113	11,69
6	Carne de aves	373.324	174.143	4,56
7	Açúcar	366.266	898.175	4,47

Fonte: Semadesc, 2023

Org.: GUIMARAES, D. R., 2023.



Esse cenário de exportações e de grandes números, apresentados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC) só são possíveis, devido a grande concentração de terras no estado de Mato Grosso do Sul (tabela 1), a qual conforme Leonardo, Luiz, Melo e Nardoque (2021) sustenta a territorialização do capital no campo do MS.

Tabela 1: Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos de 200	53.169	75	1.514.687	5	28,48
200 a menos de 1.000	10.950	16	5.412.368	18	494,28
Acima de 1.000	6.843	10	23.622.125	77	3.452,01
Total	70.962	100	30.549.180	100	430

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.
Organização: FERREIRA, 2022

No entanto, um estado com alta concentração fundiária, com terras nas mãos do capital rentista, como é o Mato Grosso do Sul (MS), a produção de alimentos pode ficar para segundo plano e os camponeses que plantam, têm ainda, a renda expropriada pelo capital. A tabela 2, portanto, apresentam os dados do IBGE, por meio da Produção Agrícola Municipal (PAM), a queda na produção de alimentos, com o passar dos anos, no estado.

Tabela 2: produção de alimentos básicos no MS: em toneladas

PRODUTO	2002	2012	2022
Arroz	213.260	106.046	60.154
Banana	29.799	11.819	11.197
Batata doce	405	-	1.272
Feijão	17.421	31.694	18.183
Mandioca	731.644	634.529	957.466
Tomate	7.110	2.755	1.537

Fonte: IBGE, 2023. Tabela 5457.
Org.: GUIMARAES, D. R., 2023.

Há números que merecem destaque, de tão violentos que são para a população sul-matogrossense, como os números da produção de arroz, por exemplo, em que o MS produzia 213.260 toneladas do cereal em 2002 e esse número caiu para 60.154 toneladas em 2022. Nota-se ainda, um movimento na produção de feijão que saiu de 17.421 toneladas em 2002 para 31.694 em 2012 e, no entanto, voltou a cair para 18.183 toneladas em 2022.



Em contrapartida, os dados de produção das principais *commodities* agrícolas do estado, mostram que nesse mesmo período, a produção desses produtos aumentaram significativamente, conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3: Principais lavouras permanentes, temporárias e silvicultura no MS

PRODUTO	2002	2012	2022
Cana-de-açúcar (toneladas)	8.575.190	37.761.461	40.758.940
Eucalipto (ha)	-	587.310	1.181.536
Milho (toneladas)	1.381.604	6.477.070	12.870.873
Soja (toneladas)	3.267.084	4.594.359	8.538.611

Fonte: IBGE, 2023. Tabela 5930.

Org. GUIMARAES, D. R., 2023.

As áreas disponíveis para a produção de alimentos no MS, têm sido pressionada pelo agronegócio e seus sustentadores. A concentração de terras e o aumento histórico na produção de *commodities* mostram isso. Não há como aumentar a produção dessas mercadorias, sem aumentar a concentração de terras. O IBGE ainda apresenta os dados do efetivo de animais no MS (tabela 4) e, mais uma vez, produção de animais que disputam terras com o agronegócio, apresentam queda e, os animais que não disputam terras para a criação, têm subido a produção no estado.

Tabela 4: Efetivo animal no MS: bovino, suíno e galinhas

Espécies	2002	2012	2022
Bovino	23.168.235	21.498.382	18.433.728
Suíno	787.960	1.205.455	1.644.633
Galinhas	2.327.457	3.060.359	5.487.187

Fonte: IBGE, 2023

Org.: GUIMARAES, D. R., 2023.

A tabela 4, reforça a ideia de que o agronegócio vai disputar terras para sua permanência e crescimento, seja essa disputa com a pecuária, com o camponês ou com a própria monocultura de soja, eucalipto, milho, cana. Ainda, com a baixa no efetivo bovino, surge outra preocupação, quanto a produção do leite e novamente, a queda nos níveis de produção é visível (tabela 5) e certamente traz resultados desastrosos ao estado.

Tabela 5: produção anual de leite no MS.

	2002	2012	2022
Leite	472.208	524.729	295.882

Fonte: IBGE, 2023.

Org.: GUIMARAES, D. R., 2023.

Os dados da tabela 5 trazem ao debate a perda de terras pelos camponeses. São eles os produtores de leite. O capital se volta à produção de cortes e não de leite, vide o quadro 1 que a carne bovina é o terceiro produto mais exportado do MS, enquanto valores. Valério (2019) destaca esse importante ponto ao ressaltar que quando os monocultivos da cana avançavam sobre determinado município, diminuía a produção de comida nesse local enquanto que em municípios que diminuía a área disponível para a produção de cana, aumentava a produção de comida.

Com a concentração de terras como uma característica tão presente no estado, e a submissão da terra ao monopólio e à territorialização do capital, torna a luta pela terra, injusta, visto que os camponeses ocupam pequenas parcelas dentro dessa parte do território, são muitos, no entanto, com pouca terra. E essa realidade se reproduz ainda, sobre a região Leste do estado, a exemplo, Três Lagoas que também, possui uma área super concentrada (tabela 6).

Tabela 6: Três Lagoas: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	570	52	24.859	3	43,61
200 a menos de 1.000	355	32	184.246	20	519
Acima de 1.000	174	16	727.542	78	4.181,27
Total	1.101	100	936.648	100	850,72

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Organização: FERREIRA, 2022.

Ainda, no estado de Mato Grosso do Sul (MS), o município de Três Lagoas, conforme os dados da SEMADESC, foi o município que mais exportou em dólares no ano de 2022, responsável por US\$ 1.875.455, ou 32,36% dos valores exportados pelo estado e esse número é tão expressivo, que o segundo município com maiores valores exportados, foi Dourados, que respondeu por US\$ 696.744 ou, 12,02% dos valores exportados. Neste caso, considera-se não somente a terra concentrada, mas, também, o valor do produto comercializado.

Em contraponto à essa realidade de grandes exportações, commodities e terra concentrada, existem e resistem no MS, os camponeses que com o esforço eles têm produzido



se não deixado esse estado sucumbir à fome. Há regiões como o Lestes de Mato Grosso do Sul, que possui maior resistência à luta pela terra, devido ao latifúndio produtivo, principalmente com a chegada das agroindústrias de papel e celulose que ocuparam até hoje, mais de um milhão de hectares de terra para o plantio de eucalipto. Terra desconcentrada é terra produtiva, com comida, gente, cultura e biodiversidade.

Com isso, é bom ressaltar que os proprietários que possuem as menores parcelas de terra do país, são principalmente, os assentamentos rurais da reforma agrária que entregam comida para as escolas, para demais instituições públicas e para a comunidade, por meio de programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em maio de 2023 foi realizada a IV Feira Nacional da Reforma Agrária (figura 1) na cidade de São Paulo, no Parque da Água Branca e, mesmo com as dificuldades que se tem de chegar até a cidade e cuidar da produção para que chegue em bom estado de conservação, a feira conseguiu reunir 560 toneladas de alimentos (MST, 2023), que contou também, com a presença de camponeses de Mato Grosso do Sul.

Figura 1: IV Feira Nacional da Reforma Agrária 2023



Fonte: Brasil de Fato, 2023.

A Feira Nacional da Reforma Agrária é um exemplo do potencial produtivo que há nas pequenas propriedades o que, com muita dificuldade acontece no MS, posto que este é um estado altamente concentrado e com latifúndios não somente improdutivos (LEONARDO,



LUIZ MELO e NARDOQUE, 2021) as pequenas propriedades possuem dificuldade de produzir, frente toda a violência que é a terra concentrada nas mãos de poucas famílias.

Para produzir comida é preciso que haja terra para os camponeses. O estado de Mato Grosso do Sul possui atualmente, 28.394 famílias assentadas em 206 projetos de assentamento da reforma agrária e ocupam uma área total de 694.413ha, que representa 2,3% da área total do estado, que conta com 30.549.179 (INCRA, 2022). A reforma agrária no MS ocupa singelos 2% da área do estado e isso não é o suficiente, isso não representa justiça social. Almeida (2013) coloca a necessidade da reforma agrária como plano estratégico que deve ser considerado e gestado pelo Estado:

A Reforma Agrária no Brasil é, ao mesmo tempo uma questão de democracia e de soberania alimentar. Não nos referimos a esse modelo de contrarreforma feito no Brasil que beira ao desrespeito à condição humana. Refiro-me a um plano setorial estratégico pautado na compra e doação simultânea de comida e na manutenção de estoques reguladores – ambas as medidas gerenciadas pelo Estado (ALMEIDA, 2013, p. 112).

Nisto, compreende-se a reforma agrária como uma das propulsoras à produção de alimentos e mais ainda, à Agroecologia, pois esse tem sido o modelo de produção de alimentos adotado pelos movimentos sociais, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No Mato Grosso do Sul (MS), as famílias camponesas caminham nas brechas abertas pela resistência (figura 2). Agricultura ecológica é feita como denúncia. O movimento e a prática da Agroecologia são símbolos contra a latente violência no estado. No entanto, resistem, denunciam e persistem contra a tirania do agronegócio, que financiam políticas da bancada ruralista, contra os camponeses e indígenas (SILVA, 2022).



Figura 2. Produção Camponesa em Sidrolândia/MS.



Fonte: GUIMARAES, D. R., 2023. Trabalho de campo realizado em 2023.

Em contrapartida, essa mesma agricultura camponesa tem se destacado e, somente os agricultores participantes do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF) venderam 2,8 mil toneladas de alimentos em 2021. O CECAF é uma “área de 1.782 metros quadrados (99mx18m) está localizado na CEASA/MS, destinado aos Agricultores Familiares de Mato Grosso do Sul e suas organizações para comercializarem sua própria produção” (MATO GROSSO DO SUL, 2021, sp).

Ainda como movimento de resistência, há ações da Associação dos Produtores Orgânicos do MS (APOMS) que integra produtores de diversas regiões do Estado e ainda, emite certificação social de produtores orgânicos. Com essas e demais iniciativas, os camponeses contornam o caos e ainda consegue contribuir com seus alimentos com a produção de alimentos no MS que, conforme Ferreira (2021) os municípios que mais produzem alimentos são os municípios que possuem assentamentos da Reforma Agrária.

Outro ponto são as feiras, ou os chamados circuitos curtos de comercialização que são importantes instrumentos na construção de um comércio justo para os camponeses, posto que esse contato direto entre quem produz comida e o consumidor final, desmonta toda uma cadeia construída pelo capital com o intuito de subtrair a renda do camponês, por meio dos atravessadores (ALMEIDA, 2011).

Em Três Lagoas, município localizado no leste de Mato Grosso do Sul, encontram-se experiências desse tipo de comércio, como a feira municipal que acontece num local próprio da

prefeitura e reúnem comerciantes da cidade, mas também, camponeses de assentamentos do município, como o 20 de Março e o Pontal do Faia. Ainda, outro exemplo emblemático para a academia, é a feira que acontece no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL), fruto de projetos de pesquisa e é coordenado pela professora Dr^a Rosemeire Aparecida de Almeida e ocorre às terças-feiras com assentados do Assentamento 20 de Março e a feira do CPTL também é inclusa neste processo de levar o camponês até o consumidor final.

A feira na UFMS/CPTL é meio pedagógico para todos os envolvidos, tanto os camponeses quanto para a comunidade interna e externa da universidade. Os camponeses passam a ter contato com o meio acadêmico e compreendem que esse não é tão somente, um local de discussão e teorias sobre eles, mas, que também é um local de resistência, de movimento e que eles também, podem ter voz nesses espaços de ensino.

À comunidade interna e externa da universidade, tem-se a condição de acessarem as pessoas que produzem a comida deles e de sua família. Além de terem a real compreensão de que a comida é plantada e colhida por camponeses e não por latifundiários e ainda, visualizar assentados de reforma agrária como pessoas sérias, responsáveis e não somente como a mídia e opositores à reforma agrária colocam os assentados, como baderneiros, bandidos e até terroristas. Discurso de quem não compreende a reforma agrária e nem a luta pela terra num país desigual como o Brasil.

As experiências descritas são parte, como dito anteriormente, de um processo de luta e resistência dentro de um estado com terras concentradas e produção de *commodities* em constante alta. Valorizar os camponeses é preciso e urgente e a valorização se dá por meio da proposição de políticas públicas que os atendam de forma justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar no Brasil atual, como produtor de alimentos, exige, sem dúvidas, um esforço de ir além da mídia hegemônica e consultar o que se faz em pequenas propriedades. O que se planta e quem planta? Como produzem e como circulam essa mercadoria? Essas respostas não apareceram na grande mídia, pois elas não agradam aos controladores da política e do comércio nacional.

As respostas a essas questões podem até mesmo ser um grito de socorro, pois assim, é possível ver uma comunidade rural que luta para sobreviver em meio ao caos instalado pelos grandes latifundiários. Produzir alimentos nesse país é ser contra-hegemonico e ter que se

afirmar perante a sociedade, com oferta de comida. Não desabastecer os mercados e mais ainda, por meio de venda direta, como em feiras.

Muito precisa ser feito em favor dos camponeses, políticas públicas mais eficientes para circulação de mercadorias, subsidio estatal para os que precisam passar pela transição agroecológica, que seria abandonar o uso de venenos e insumos químicos no geral e assumir uma nova forma de produzir. Não se pode ter uma sociedade sem comida disponível, no entanto, não se pode produzir sem terra e sem meios pra essa produção, reforma agrária, produção de alimentos e agroecologia não podem estar separadas, pois assim se tornam projetos capitalistas e foge, mais uma vez, dos interesses da sociedade para atender os interesses dos ricos. Comida é vida e precisa ser respeitada e o camponês, valorizado pelo trabalho que ele exerce na terra. A renda é do camponês e não dos mercados ou dos atravessadores. A sociedade livre de atravessadores disponibiliza alimento mais justo sobre a mesa da sua família.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil, o Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS Campus Três Lagoas e também, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. Aliança Terra-Capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In.: SILVA, E. A; ALMEIDA, R. A. **Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 103-134.

ALMEIDA, R. A. Territorialização do Complexo Eucalipto-Celulose-Papel em Mato Grosso do Sul: sobreposição do uso da terra em relação a outros modos de vida. In.: MENEGAT, A. S; PEREIRA, V. A. **Movimentos Sociais em Redes de Diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. Dourados: UFGD, 2013, pp. 99-122.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Tradução: Marília Marques Lopes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em 05 maio 2023.

LEONARDO, L. A.; LUIZ, L. F.; MELO, D. S.; NARDOQUE, S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul e a manutenção do latifúndio: uma análise sobre ocupações, reforma agrária e estrutura fundiária. Revista **Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 16, n. 42 Out., 2021, p.



168-194, 2021. DOI: 10.14393/RCT164207. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/63711>. Acesso em: 15 maio. 2023.

MAPA. Exportações do agronegócio fecham 2022 com US\$ 159 bilhões em vendas.

Disponível em: [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas#:~:text=Os%20setores%20exportadores%20que%20se,1%25%20do%20total\)%20e%20complexo](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas#:~:text=Os%20setores%20exportadores%20que%20se,1%25%20do%20total)%20e%20complexo).

Acesso em 13 maio 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Carta de Serviços. Disponível em:

<https://www.cartadeservicos.ms.gov.br/centro-de-comercializacao-da-agricultura-familia-cecaf/>.

Acesso em 15 maio 2023.

MITIDIERO JUNIOR, M. A; BARBOSA, H. J. N; SÁ, T. H. Quem Produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário de 2006. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 7-77, set.-dez./2017.

MST. Feira demonstra potência dos assentamentos do MST na produção de alimentos saudáveis.

Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/14/feira-demonstra-potencia-dos-assentamentos-do-mst-na-producao-de-alimentos-saudaveis/>.

Acesso em 14 maio 2023.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e

Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível

em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 26 nov. 2023.

REPÓRTER BRASIL. Com 2.500 vítimas em 2022, Brasil chega a 60 mil resgatados da

escravidão. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/01/com-2-500-vitimas-em-2022-brasil-chega-a-60-mil-resgatados-da-escravidao/>.

Acesso em 26 nov. 2023

SEMADESC. Carta de Conjuntura nº 86 – Janeiro de 2022. Disponível em:

<https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Setor-Externo-Dezembro-2022.pdf>.

Acesso em 17 out 2023.

SEMADESC. Produtos do agronegócio responderam por 90% das exportações de Mato

Grosso do Sul em 2022. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/produtos-do-agronegocio-responderam-por-90-das-exportacoes-de-mato-grosso-do-sul-em-2022/>.

Acessado em 13 maio 2023.

SILVA, L. M. S. Família, terra e poder oligárquico em Mato Grosso do Sul: legalização

do grilo, violência e expropriação indígena no território Terena. Orientador Dr. Thiago

Araújo Santos. 2022. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de

Mato Grosso do sul, Campus Três Lagoas. Disponível em:

<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4950>. Acesso em 15 maio 2023.

TORRES, R. A agroecologia pode alimentar o mundo, mas falta investimento. **De Olho nos**

Ruralistas: observatório do agronegócio no Brasil. 2023. Disponível em:

<https://deolhonosruralistas.com.br/2023/07/17/a-agroecologia-pode-alimentar-o-mundo-mas-falta-investimento/>.

Acesso em 26 nov. 2023.



XV
ENAN
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

VALERIO, V. J. O. **Agonia da Comida:** da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútiis no estado de São Paulo (2006-2017). Orientador Dr. Eduardo Paulon Girardi. 340f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191268>
Acesso em 11 nov. 2023.